

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.721 - PR (2019/0021822-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**RECORRENTE** : J C DE A  
**ADVOGADO** : JOSE CARLOS DE ARAUJO (EM CAUSA PRÓPRIA) E  
OUTRO - PR049943  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por J. C. de A. contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região no HC n. 5035782-04.2018.4.04.0000/PR.

Consta dos autos que o recorrente foi denunciado como incurso no art. 1º, I, da Lei n. 8.137/1990, por quatro vezes, na forma do art. 71 do Código Penal.

Impetrado *habeas corpus* na Corte de origem, o Desembargador relator indeferiu liminarmente o writ lá impetrado. Interposto agravo regimental, foi desprovido e assim ementado (e-STJ fl. 8.454):

*PROCESSUAL PENAL AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. INDEFERIMENTO LIMINAR. AGRAVO DESPROVIDO.*

*1. Agravo regimental interposto em face de decisão que indeferiu liminarmente pedido de habeas corpus por manifesta inadmissibilidade e em prol da racionalização do uso da via angusta.*

*2. A ocorrência, ou não, do fato típico, bem assim a responsabilidade acerca do mesmo, é matéria afeta ao mérito da demanda criminal, onde será solvida.*

*3. O debate a respeito da produção probatória não encontra lastro nos limites do writ, sob pena de, além do vedado revolvimento fático-probatório, vir o Tribunal, per saltum, a adiantar um juízo que deve ser feito de maneira inaugural por ocasião da prolação da sentença*

*4. Desprovimento do agravo.*

No presente recurso, alega o recorrente ser inepta a denúncia, pois a imputação foi baseada na simples condição de ser o réu contador, inexistindo a individualização do comportamento criminoso.

Destaca a ausência de justa causa da ação penal, pois faltam elementos mínimos de autoria e materialidade delitiva.

Registra que os elementos informativos colhidos na investigação preliminar apontam para o simples exercício de atividades inerentes à função de contador, o que afasta a indevida criminalização da profissão.

Aponta que os documentos fiscais sigilosos encaminhados pela Receita Federal ou Ministério Público sem a prévia autorização judicial caracterizam prova ilícita.

Sustenta, ainda, a nulidade do depoimento prestado pelo acusado na investigação policial, nomeado de "termo de declarações", pois inexistiu a prévia advertência ao investigado sobre seu direito de permanecer em silêncio.

Pleiteia, liminarmente, a suspensão do trâmite do processo criminal até o julgamento final deste recurso, sobretudo porque designada a audiência de instrução para 21/3/2019. No mérito, requer: a) o reconhecimento da inépcia da denúncia; b) o trancamento da ação penal por ausência de justa causa ou pela atipicidade da conduta; c) declaração da ilicitude dos documentos fiscais encaminhados pela Receita Federal diretamente ao Ministério Público; d) declaração da ilicitude do depoimento do acusado no inquérito policial.

Indeferido o pleito liminar pela Presidência deste Superior Tribunal de Justiça (e-STJ fls. 8.542/8.543) e prestadas as informações solicitadas (e-STJ fls. 8.547/8.564).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Com vista dos autos, opinou o Ministério Público Federal "pelo desprovemento do recurso" (e-STJ fls. 8.571/8.585).

É o relatório. Decido.

O presente recurso ordinário em *habeas corpus* ficou prejudicado, pois, segundo informações prestadas pelo Juízo da 5ª Vara Federal de Londrina/PR (e-STJ fls. 8.594/8.752), o recorrente foi absolvido das imputações contra ele dirigidas na Ação Penal nº 5015868-34.2017.4.04.7001/PR.

Assim, com o absolvição do recorrente, perdeu o objeto o recurso ordinário que tinha por escopo o trancamento da ação penal.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator